



Já presidi outras CPIs, e nenhuma terminou em pizza.

Paulo Corrêa (PR), deputado estadual

Bastidores

Reação

A deputada estadual Mara Caseiro (PT do B) respondeu ontem a declarações, considerada por ela “infelizes”, de três vereadores de Campo Grande que a chamaram de “forasteira”, por ter seu nome colocado como uma possível candidata do partido à Prefeitura da Capital. Da tribuna da Assembleia Legislativa, ontem, ela reagiu a falas de Chiquinho Telles (PSD), Edil Albuquerque (PMDB) e Loester Nunes (PMDB) dadas a veículos de imprensa que contestaram o fato de ela estar cotada para encabeçar a chapa majoritária, mesmo com o fato de a sua base eleitoral estar no Cone Sul do Estado. De forma sucinta, a deputada disse que esse tipo de preocupação política “é falta do que fazer”.

Pingos nos ‘is’

Conforme Mara, os vereadores poderiam estar debatendo “projetos de interesse da população, mas em vez disso, estão fazendo esse tipo de ataque. Isso é falta de discurso, de ter o que falar. Eu nem gostaria de entrar nesse tipo de discussão, até porque ninguém joga pedra em laranja podre. Mas decidi dar essa satisfação aos meus eleitores”.

Preconceito

Mara ainda negou que tenha transferido o domicílio eleitoral para a Capital –o que é necessário para que ela concorra ao Executivo. E qualificou como “xenofobia” o gesto de que pessoas de outras cidades possam concorrer ao cargo. “É no mínimo demonstrar preconceito com as milhares de pessoas que vieram de outros Estados e países para ajudar a construir essa cidade maravilhosa”.

Antecedentes

Em 2012, o hoje governador Reinaldo Azambuja (PSDB), ex-prefeito de Maracaju, fez isso para concorrer à prefeitura da Capital. E, antes dele, o ex-governador André Puccinelli (PMDB) –que é nascido na Itália e iniciou a vida pública no Estado em Fátima do Sul– administrou a Capital por dois mandatos consecutivos.

Veja bem 1

Simone Tebet (PMDB) esclareceu ontem ter apoiado iniciativa de senadores contrários ao aumento de quase 200% nas verbas do Fundo Partidário –já aprovado pelo Congresso– de enviar ofício à presidente Dilma Rousseff pedindo que a proposta –que eleva o fundo de R\$ 289,6 milhões para R\$ 867,6 milhões– seja vetada.

Veja bem 2

A senadora sul-mato-grossense também esclareceu sua posição em relação à reforma política –de que a mesma “não será a dos nossos sonhos, mas temos de fazê-la”, como publicado no sábado em *O Estado* e na segunda-feira em artigo no jornal–, de que ocorrerão as mudanças possíveis em relação a diversos temas, como reeleição, financiamento de campanha e criação dos “distritões”.

Rejeitado

Como já havia sido sinalizado pela Câmara Municipal da Capital –que havia qualificado as elucubrações sobre o tema como “falta do que fazer” por parte de alguns opositores ao prefeito Gilmar Olarte (PP)– foi rejeitado ontem requerimento que pedia informações sobre viagem do chefe do Executivo da Capital a Brasília, em um jatinho particular.

Sem problemas

Líder do prefeito, Edil Albuquerque afirmou que Olarte já explicou o fato exaustivamente, afastando alegações de que houve algum tipo de favorecimento no episódio. Integrantes da oposição reclamaram da recusa, erguendo o tom dos debates na Casa, mas a proposta acabou mesmo rejeitada.

Retirada

João Leite Schmidt oficializou sua saída do comando do Diretório Regional do PDT de Mato Grosso do Sul. Reconvocado para organizar a legenda para as eleições de 2014, ele deixa a legenda com a missão cumprida: elegeu um deputado federal (Dagoberto Nogueira) e três estaduais (Beto Pereira, Felipe Orro e George Takimoto). A vacância já foi informada à cúpula nacional.

Presente

Schmidt afirma, porém, que segue na militância e acompanhando reuniões e atividades do partido. Contudo, espera ter tempo para escrever um livro com histórias da política estadual –da qual fez parte como deputado federal e estadual e integrante da administração estadual, como secretário de Justiça e da Casa Civil no primeiro governo de Marcelo Miranda, e de Fazenda no segundo.



Não tivemos oportunidade de falar sobre o projeto. Sempre nos colocamos a disposição, mas eles só aceitam do jeito que está.

CLOVES SILVA, presidente do Sindfisco (Sindicato dos Fiscais de Renda de Mato Grosso do Sul, ao demonstrar sua insatisfação em relação ao projeto para unificação dos nomes de categorias na Sefaz.

Começou mau

CPI da Enersul começa com polêmica entre deputados

Debate em reunião com governador gera acusações entre parlamentares

Juliana Vilas Boas

A CPI da Enersul mal começou e já registra polêmica envolvendo os deputados estaduais por conta de reunião realizada entre os parlamentares e o governador Reinaldo Azambuja (PSDB), na qual os rumos a serem dados para as investigações teriam sido alvos de discussão.

Conforme relatos de deputados à reportagem, o problema estaria na preocupação do poder público com o impacto das investigações nos investimentos programados pela Energisa –que recentemente adquiriu o Grupo Rede, ao qual pertencia a Enersul– para o Mato Grosso do Sul.

Paulo Corrêa (PR), cotado pela bancada da minoria para presidir a CPI, disse ontem (31) que esteve no encontro com o governador junto com outros deputados.

Segundo ele, a questão seria “delicada” porque a Energisa acabou de adquirir a concessionária sul-mato-grossense e prevê uma série de investimentos, que poderiam sofrer algum tipo de prejuízo por conta das investigações.

Contudo, Corrêa reforçou que se o colega Marquinhos Trad (PMDB), proponente da comissão de investigação, afirma ter base para seguir com as apurações os trabalhos precisam realmente ser instalados. E que, caso participe da investigação promete “ir a fundo” na questão.

“Já presidi outras CPIs, e nenhuma terminou em pizza. Iremos investigar a fundo, e mesmo se tiver nomes de políticos envolvidos, iremos apontar e denunciar ao Ministério Público Federal”, declarou.

Impasse

Fiscais ameaçam ir à Justiça contra projeto que muda nomes na Sefaz

Os ATE´s (Agentes Tributários do Estado de Mato Grosso do Sul) continuam pressionando os deputados para aprovar o projeto de Lei nº 213/2014 que altera a nomenclatura de cargos da Sefaz (Secretaria de Estado de Fazenda). Ontem (31), cerca de 300 agentes ocuparam, novamente, o plenário da Casa de Leis para acompanhar a sessão ordinária.

A proposta chegou ao Legislativo em dezembro, enviada pelo ex-governador André Puccinelli (PMDB), e tem causado debate entre servidores da pasta. Pela proposta os agentes passariam a ter a denominação de “Fiscais de Tributos Estaduais e Mercadorias em Trânsito” e os fiscais de rendas receberão a nomenclatura de “Auditores Fiscais de Receitas Estaduais”.

O presidente do Sindfisco (Sindicato dos Fiscais de Renda de Mato Grosso do Sul), Cloves Silva afirmou que o texto se configura em uma manobra para unificar os cargos



Composição de CPI foi discutida entre deputados ontem, sendo que alguns partidos já apontaram seus integrantes

Comissão apura desvios de recursos e ‘mensalão’

Instalada ontem na Assembleia, a CPI da Enersul foi proposta por Marquinhos Trad para, dentre outros pontos, investigar um suposto pagamento de “mensalão”

pela empresa a 35 pessoas físicas e jurídicas entre 2010 e 2015, bem como desvios de R\$ 700 milhões em recursos da concessionária, antes da aquisição da empresa

pela Energisa. O deputado afirma que os dados apareceram em auditoria realizada em agosto de 2013, e a apuração tem aval da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). (JVB)

Deputados negam interferências, partidos já indicam integrantes

Parlamentares rechaçaram, ontem, a afirmação de que Reinaldo tenha tentado, de alguma forma, interferir nos rumos da investigação.

Líder do governo na Casa, o Professor Rinaldo (PSDB) afirmou apenas que o governador, de maneira informal, pediu “cautela” na condução dos trabalhos.

Outro ponto que gerou polêmica, envolveu os cargos de comando da CPI. Como autor do pedido de investigação, Marquinhos já está automaticamente incluído na comissão. Contudo, ele anunciou que não deve ficar com a presidência ou a relatoria, algo que ele atribuiu também a interferências externas –fato também negado por deputados ouvidos pela reportagem.

Ontem, alguns partidos indicaram seus titulares e suplentes

para a CPI. O PT será representado por Pedro Kemp, tendo João Grandão como substituto. Pelo PSDB, Onevan de Matos será o titular, com Flávio Kayatt como vice. O bloco dos pequenos partidos definiria ainda ontem quem seriam seus integrantes na CPI –além de Corrêa, Beto Pereira e Felipe Orro, pelo PDT, e Lídio Lopes (PEN), tinham interesse na vaga. O PMDB ainda indicará o suplente de Marquinhos. (Com Humberto Marques)



Como ocorreu na semana passada, agentes tributários voltaram a ocupar o plenário da Assembleia ontem

de agentes tributários e fiscais de renda para que haja uma equiparação salarial e que o projeto é inconstitucional.

“Não tivemos oportunidade de falar sobre o projeto. Sempre nos colocamos a disposição, mas eles só aceitam do jeito que está.

Cloves disse ainda que “a manobra é usada pelo deputado Amarildo Cruz (PT) como palanque eleitoral e que a categoria pretende entrar na Justiça se os agentes insistirem com a questão”.

De acordo com o presidente, as funções são diferentes e

não há porque possuírem o mesmo nome e citou, inclusive, o critério diferenciado para ingresso na carreira.

Ele explicou que até o ano de 2000, o edital para o concurso de Agente Tributário exigia apenas o Ensino Médio. (JVB)